

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.242 - RS (2019/0302208-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : CÍNTIA LUZZATTO - RS054216
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : LUIZ CARLOS FAGUNDES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Luiz Carlos Fagundes** – que cumpre pena pela prática de crime doloso –, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que manteve a decisão do Juízo de Direito da Vara das Execuções Criminais da comarca de Ijuí/RS, que indeferiu o pedido de livramento condicional do paciente (fls. 38/42 – PEC 24019-2).

Alega-se, em síntese, constrangimento ilegal consistente na ausência de fundamentação da decisão que indeferiu a concessão do benefício, ao argumento não preenchimento do requisito subjetivo.

Postula-se, ao final, a concessão liminar da ordem nos termos propostos.

É o relatório.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

Em juízo de cognição sumária, afigura-se inviável o acolhimento do pedido, porquanto, ao indeferir o benefício, o Juízo singular destacou que o *recluso cometeu inúmeras faltas graves no curso da execução penal, bem como praticou quatro novos crimes nesse interim* (fls. 40/42), razão pela não vislumbro o *fumo boni iures* necessário à concessão da tutela de urgência.

Superior Tribunal de Justiça

Ademais, a pretensão se confunde com o próprio mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da sua apreciação e do seu julgamento definitivo.

Com essas considerações, não tendo como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar ora pretendida, com manifesto caráter satisfativo, **indefiro-a**.

Instruídos os autos, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

